



Tempo

ISSN: 1413-7704

secretaria.tempo@historia.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Musco Mendes, Norma; Cunha Bustamante, Regina Maria da; Davidson, Jorge
A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas
Tempo, vol. 9, núm. 18, junio, 2005, pp. 17-41
Universidade Federal Fluminense
Niterói, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013389002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas^{*}

Prof.^a Dr.^a Norma Musco Mendes^{**}

Prof.^a Dr.^a Regina Maria da Cunha Bustamante^{***}

Prof. Dr. Jorge Davidson^{****}

Resumo

Este artigo analisa os processos interativos decorrentes do contato entre culturas, surgidos a partir da constituição do Império Romano e conhecidos de forma ampla sob a denominação de romanização. Objetivamos compreender a dinâmica do “projeto imperial” através do controle político das províncias a partir dos estudos de caso da *Africa Proconsularis* e da *Britania*. Para tanto, escolhemos examinar a cooptação imperial da elite local com a formação de uma hierarquia de identidades, no primeiro caso, e a reorganização dos sistemas de assentamentos com a construção do território, no segundo.

^{*} Artigo recebido em janeiro de 2005 e aprovado para publicação em março de 2005.

^{**} Professora Adjunta de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA) / UFRJ. Pesquisadora de Produtividade do CNPq. E-mail: normamusco@aol.com.

^{***} Professora Adjunta de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA) / UFRJ. Pesquisadora de Produtividade do CNPq. E-mail: rbustamante@webcorner.com.br.

^{****} Membro do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (CEIA) / UFF. E-mail: davidson@plugue.com.br.

Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 17-41

Palavras-chave: Império Romano- Experiência Imperialista-Romanização.

Abstract

This article analyses the interactive processes arisen from the contact between cultures, originated from the constitution of the Roman Empire and generally known under the name of romanization. We aim to understand the dynamics of the “imperial project” through the political control over the provinces from the case studies about *Africa Proconsularis* and *Britania*. For such, we choose to examine the imperial incorporation of the local elite through the formation of an hierarchy of identities in the first case and the reorganization of the spatial systems through the construction of the territory in the second.

Key-Words: Roman Empire- Imperialist Experience- Romanization

Résumé

Cet article analyse les processus d’interactions nés du contact entre cultures, surgis à partir de la constitution de l’Empire Romain et connus de façon générale sous le nom de romanisation. Nous avons pour objectif comprendre la dynamique du “projet impérial” à travers le contrôle politique des provinces par l’intermédiaire d’études de cas d’*Africa Proconsularis* et de *Britania*. Pour tant, nous choisissons examiner la cooptation de l’élite locale avec la constitution d’une hiérarchie d’identités dans le premier cas et la réorganisation des systèmes espaciaux avec la construction du territoire dans le second.

Mots-clés: Empire Romain-Expérience Imperialiste-Romanisation

1. O Estudo de Impérios: uma Reflexão

A palavra império deriva do termo romano *imperium*, mantendo o seu sentido básico de soberania e comando, mas também comportando novas conotações, adquiridas por este vocábulo para se adaptar à identidade cosmopolita da Roma Imperial¹. Já o historiador Salústio, nas *Catilinárias* 10.1, utiliza o termo *imperium* para designar a extensão geográfica e a autoridade de Roma, ao se referir a Cartago como *aemula imperi Romani* (êmulos do império dos romanos). Tácito, em *Historias* I.16, deixa claro que o *Princeps* passara a ter, em nome do povo romano, o controle sobre o *immensum imperii corpus* (imenso corpo imperial), referindo-se à unidade política e cultural, criada por

¹ Norma Musco Mendes, “Império e Latinidade”, Darc da Costa, Francisco Carlos Teixeira Da Silva (Orgs.), *Mundo Latino e Mundialização*, Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

Roma, a despeito da grande diversidade e da distância geográfica representada pelas províncias. Tal idéia de integração se consolida com Floro, em *Epítome* II.13, que estabelece a ligação entre *o imperium et orbis totius*, que dá à conquista romana uma posição de proeminência frente às experiências imperialistas precedentes e identifica a dominação romana ao gênero humano.

Além do termo *imperium*, toda a estrutura do Império Romano sobreviveu na história como um “modelo cognitivo” de identificação de império². Tornou-se um referencial de apropriações para a construção de novas ideologias imperiais na Idade Média, nas eras napoleônica e vitoriana, para a experiência fascista e de nossa contemporaneidade e até para a ficção futurista, como provam as alegorias utilizadas pela trilogia cinematográfica de *Guerras nas Estrelas*.

Com base na apropriação do termo *imperium*, a historiografia do século XIX construiu a definição de império como a política expansionista e incorporadora, empreendida por Estados, que passavam a exercer por conquista a soberania sobre ampla extensão territorial. Tal definição nos remete à noção de impérios como fenômenos eminentemente políticos. No entanto, novos tipos de abordagens e de problemas podem ser construídos pelo estudo comparativo de diferentes tipos de impérios, apesar de considerarmos a especificidade de cada um.

Posto isto, é necessário definir império como uma categoria analítica, estabelecendo-se hipóteses e generalizações explicativas que permitam observar a diversidade, a pluralidade e a singularidade dos processos ou das práticas imperiais para se investigar como e por que os impérios se constroem, se expandem, se legitimam, se consolidam e se desagregam. Estimula, desta forma, a construção de problemáticas relacionadas aos contextos culturais imperiais e à criação de complexas estruturas auto-sustentadas e auto-reproduzidas, que asseguram a existência dos impérios. Perguntas que nos levam à construção de um conjunto de problemas para o estudo comparativo dos impérios antigos históricos, sem especificidade de época e espaço.

Em busca de categorias analíticas para a construção de um modelo para o estudo comparativo de impérios, selecionamos o estudo do antropólogo

² Sabine MacComark, “Cuzco, another Rome?”, S. E. Alcock, T. E. D’Altroy *et al.* (Orgs.), *Empires*, Cambridge University Press, 2001.

Thomas J. Barfield³, que problematiza a existência de Estados que controlavam vastos territórios, mas que, em outros aspectos, não apresentavam similaridades. Neste sentido, classifica os Estados imperiais em *primary empires* e *shadow empires*. Nesta última categoria, o autor inclui os impérios xiongnu, núbio, carolíngio e o dos portugueses nas Índias, e os define como fenômenos secundários, pois surgem como respostas a uma outra formação imperial. Têm a sua existência condicionada à interação com um outro Estado imperial, porque carecem da maioria das características internas essenciais dos chamados “impérios primários”, identificados com as experiências imperialistas de assírios, persas aquemênidas, romanos, chineses, incas, astecas, espanhóis e otomanos. Segundo este mesmo autor, a construção da estrutura de governo imperial é um processo complexo, que, internamente, se baseia em cinco características principais:

1) *Existência de um sistema administrativo para explorar a diversidade, seja econômica, política, religiosa ou étnica.* Considerando-se que os impérios são marcados pela heterogeneidade, diferença e competição, são alimentados por uma variedade de interesses, ao lado do estudo da soberania política, do controle econômico e do domínio militar, é importante enfocar a interação das redes de poder entre as elites cênicas e locais, como um fator de integração imperial e minimização da resistência, criando-se estratégias para o desenvolvimento de uma política integradora sem inibir a diversidade;

2) *Estabelecimento de um sistema de transporte destinado a servir ao centro imperial militar e economicamente.* Tal sistema permite que o centro militar tenha o controle de todas as partes do império e possibilita a integração econômica imperial em larga escala, favorecendo o desenvolvimento da produção e do comércio. A construção de estradas e portos assegura o transporte de tropas e armas, assim como favorece o comércio entre as áreas imperiais e extra-imperiais e o escoamento do excedente produtivo das áreas imperiais para que o centro imperial possa manter a complexidade do sistema político-militar e administrativo;

3) *Criação de um sofisticado sistema de comunicação, que permita administrar diretamente do centro todas as áreas submetidas.* Juntamente com o sistema de transportes, a criação de mecanismos de comunicação direta entre o cen-

³ Thomas J. Barfield, “The shadow empires: imperial state formation along the Chinese-Nomad frontier”, S. E. Alcock, T. E. D’Altroy *et al.* (Orgs.), *op. cit.*

tro decisório e as regiões imperiais, favorecendo o fluxo direto de informações sobre as decisões políticas e administrativas, algo que é uma condição fundamental para a sobrevivência dos impérios;

4) Manutenção do monopólio de força dentro do território imperial e sua projeção frente às regiões externas. As fronteiras dos impérios devem ser entendidas como heterogêneas e flutuantes e seus limites podem corresponder a três situações: quando enfrentam a existência de um Estado imperial com poder similar; quando encontram um obstáculo natural considerado intransponível; e quando os custos dos empreendimentos militares para a conquista parecem ser mais elevados do que o seu possível benefício. Uma vez estabelecidas, passam a ser guarnecidas por exércitos estacionados, que também se ocupam da manutenção da ordem interna, dando suporte à centralização administrativa, representada pelos oficiais, provenientes do centro ou locais;

5) Construção de um 'projeto imperial' que impõe certa unidade através do império. A manutenção dos impérios está ligada à criação de um sistema de valores compartilhados, formado com base nos padrões culturais do centro imperial, que possa sobrepujar a diversidade local. Isto se reflete em todas as variáveis que marcam a presença imperial (formas de organização do espaço, arte, cosmologia, estilo arquitetônico, práticas sociais, rituais), as quais, atuando de forma não coercitiva, favorecem a cooptação, a cooperação e a identificação.

A abordagem acima, de orientação estruturalista, aponta uma série de critérios para a identificação de impérios, que implicam na existência de sistemas voltados para o controle socioeconômico, político, militar e ideológico de numerosa população e sobre um amplo território. Parece-nos que tais critérios devem ser acompanhados por estudos que envolvam a dinâmica dos processos imperiais e das práticas que sustentam o imperialismo.

É neste sentido que definimos o termo imperialismo como a ação de pensar, colonizar, controlar terras, que não são as suas, são distantes, habitadas e pertencentes a outros povos. É a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante, governando um território distante. Pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social e cultural. É a criação de uma dinâmica específica da dependência, que sobrevive em determinadas práticas econômicas, políticas, sociais e ideológicas, ou seja, em uma esfera cultural geral. Concluimos, pois, que o imperialismo é um processo da cultura metropolitana, entendida como um con-

junto de códigos de identificação, referência e distinção geográfica, controle, autoridade, dependência, vantagem e desvantagem, cuja função é a de sustentar, elaborar e consolidar a prática imperial⁴. Estamos nos referindo a todas as formas de construções culturais, perante as quais temos uma percepção dos processos de regulação e coesão, que sustentam e reproduzem a hegemonia. Atualmente, tal preocupação reforça a importância da abordagem comparativa para o estudo dos impérios e encontra respaldo na teoria pós-colonial, cujo surgimento se alia aos movimentos nativistas e se expandiu, principalmente, pelos trabalhos de Edward Said⁵, que enfatizam o estudo do discurso colonial, ou seja, a análise do poder das representações e das linguagens coloniais, produzidas pelo conquistador e pelo conquistado como um legítimo campo de pesquisa. Segundo este autor, as experiências imperialistas desenvolveram uma “estrutura de atitudes e referências da cultura imperial”, passível de comparações, mas que somente pode ser entendida se nos preocuparmos com a análise das formas culturais, com a história dos impérios e com os mecanismos de integração, existentes no contexto imperial⁶.

O estudo do discurso colonial é, portanto, baseado na idéia de que não há uma única e consistente cultura colonial e que as análises devem ser norteadas por três aspectos inter-relacionados: tentativas de estudos descentralizados; busca de respostas complexas e variadas dos provinciais ao contato colonial e trabalhos que sugerem uma oposição aberta e camuflada à dominação imperial⁷.

Neste sentido, parece-nos pertinente a aplicação do modelo de cultura material de imperialismo, elaborado pelo antropólogo Michael E. Smith⁸, com base nas observações de que o relacionamento imperial pressupõe a interseção de quatro fatores: as capacidades e os interesses do regime metropolitano; os interesses e a complexidade social das sociedades políticas peri-

⁴ Edward Said, *Cultura e Imperialismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 38 ss.

⁵ Edward Said, *op. cit.*, e *Orientalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁶ *Id.*, *Cultura e Imperialismo*, p. 23.

⁷ Jane Webster, Nick Cooper (Eds.), *Roman imperialism: post-colonial perspectives*, Leicester, School of Archaeological Studies, 1996; D. J. Mattingly (Eds.), *Dialogues in Roman Imperialism: power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*, Portsmouth, Journal of Roman Archaeology, 1997.

⁸ Michael E. Smith, “The Aztec Empire and the Mesoamerican World System”, S. E. Alcock, T. E. D’Altroy *et al.* (Orgs.), *op. cit.*, p. 129.

féricas; o sistema transnacional e suas necessidades, o contexto internacional e os incentivos por ele criados. De forma operacional e considerando-se as possíveis variáveis, a interseção destes fatores foi esquematizada de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO 1
Critérios Arqueológicos para a identificação de Impérios

ASPECTOS	EXEMPLOS
1- <i>A capital imperial</i> : <ul style="list-style-type: none">• Centro urbano complexo e extenso;• Proclamação da ideologia imperial.	1- militarismo; 2- glorificação de reis ou do Estado.
2- Dominação de um território: <ul style="list-style-type: none">• Trocas econômicas entre a capital e as províncias;• Controle político das províncias.	1- mercadorias provinciais encontradas na capital; 2- mercadorias imperiais encontradas nas províncias. 1- conquista militar; 2- construção de infra-estrutura imperial; 3- imposição de tributos e impostos; 4- reorganização dos sistemas de assentamento; 5- cooptação imperial das elites locais.
3- Projeção de influência num contexto internacional amplo: <ul style="list-style-type: none">• Influência econômica;• Influência política; • Influência cultural.	1- comércio com as regiões extra-imperiais. 1- engajamento e atividades militares ao longo das fronteiras inimigas; 2- centralização ou militarização da política extra-imperial. 1- adoção de deuses ou dos rituais imperiais por povos distantes; 2- rivalidade de estilos e padrões imperiais pelos povos distantes.

Certamente, o estudo destas unidades de análise implica em uma variedade de tipos de documentação de cultura material e textual, exigindo o diálogo, principalmente entre a História, a Arqueologia, a Antropologia, a Sociologia e a Iconografia.

A aplicação destas categorias analíticas ao estudo dos impérios permite “entrever a *clivagem* entre uma série de possibilidades”, enfocando-se “o estranhamento, a diversificação, a pluralização e a singularidade daquilo que parecia empiricamente diferente ou semelhante, posto pelo *habitus* e repro-

duzido pelo senso comum”⁹. Esta postura nos afasta da noção de impérios como fenômenos eminentemente políticos, levando-nos ao estudo do contexto geopolítico no qual se inserem e a identificá-los como amplos Estados que incorporam milhões de pessoas, cujos mecanismos de integração e funcionamento, apesar de manterem a diversidade, asseguram a hegemonia sobre vasta extensão territorial.

Vejamos, a seguir, como algumas destas categorias analíticas podem ser exemplificadas pela experiência imperialista romana, através de estudos de casos das províncias da África Proconsular e da Britânia. Para o primeiro caso, privilegiamos o aspecto cultural, abordando as problemáticas vinculadas à construção de um sistema de valores compartilhados, que favoreceram a integração imperial, visando a cooptação das elites locais. Objetivamos enfocar as relações ambíguas e complexas entre Roma e a elite provincial, a partir da análise de dois mosaicos pertencentes à “Casa da África” em *Thysdrum*. Os processos de produção de identificação, mesmo os aparentemente mais óbvios, abrigam negociações e conflitos em permanente curso, pois as identificações ocorrem no plural, sujeitas a uma diferenciação e a uma hierarquia em relação ao “outro”. Devemos compreender as estratégias implementadas na construção de identidades com a elaboração de modelos de comportamento, valores e imagens, que permitam manter unidos grupos que, identificando-se culturalmente, se reconheçam como iguais e se distingam dos “outros”.

No caso da Britânia, a abordagem escolhida privilegia o estudo dos mecanismos de integração que, através da forma de organização do espaço, favoreceram a construção do “projeto imperial”. Objetivamos analisar as estratégias adotadas por Roma nos séculos I e II para modelar o território e incorporá-lo a um espaço mais vasto. A adoção da espacialidade como eixo analítico apóia-se nos enfoques metodológicos que consideram as ações no espaço como uma maneira de produzir discursos, não em palavras, mas em hábitos e formas de vida. Assim, tentaremos observar de que modo o estabelecimento de fronteiras, a construção de uma rede viária e a fundação de cidades se tornaram elementos-chave no processo de *desterritorialização* e *reterritorialização*, impulsionado por Roma para dotar de uma nova lógica a Britânia.

⁹ Neyde Theml e Regina Maria da Cunha Bustamante, “História Comparada: Olhares Plurais”, *Estudos Ibero-Americanos*, Vol. 29, nº 2, Porto Alegre, 2003, p. 21.

2. Mosaicos da “Casa da África”: Construindo Hierarquia de Identidades

Os dois mosaicos selecionados decoravam¹⁰ uma rica residência, a “Casa da África”, cuja denominação adveio justamente por sua causa. Situava-se no bairro sudeste da cidade de *Thysdrus* (atual El Djem), na África Proconsular, a mais antiga província romana ultramarina, que fora criada no território cartaginês (hoje Tunísia), após a vitória de Roma em 146 a.C. A posição geográfica da África Proconsular era estratégica para controlar o Mediterrâneo Ocidental. Possuía uma tradição urbana e intensa atividade agrícola, em especial, de cereal, vinha e oliveira. Sua importância econômica manteve-se no Império, sendo considerada um dos “celeiros” de Roma¹¹.

A ascensão da dinastia afro-síria dos Severos (193-235) ao poder imperial beneficiou muito a África do Norte. De origem pré-romana, a cidade de *Thysdrus* tornou-se município romano em meados do século II e, talvez, colônia honorária em meados do III¹². Localizava-se em uma rica região de oleicultura, o que favoreceu o financiamento, pela elite, da atividade edilícia pública (anfiteatro, trabalhos hidráulicos e restauração dos banhos) e privada, através da construção de ricas casas com belos mosaicos¹³, como os dois ora analisados. O poder desta elite advinha de suas propriedades fundiárias; era ela que, comumente, comissionava os mosaicos.

Havia uma tradição púnica na arte do mosaico. Com o domínio romano, houve sua interrupção, embora subsistisse em algumas cidades púnicas. Por volta do final do século I e do início do II, mosaístas criavam mosaicos

¹⁰ Retiraram-se os dois mosaicos do lugar onde foram encontrados e, atualmente, compõem o acervo do Museu de El Djem na Tunísia.

¹¹ Para maiores detalhes, ver A Mahjoubi, “O período romano”, G. Mokhtar (Coord.), *História geral da África*, v. 2, São Paulo-Paris, Ática-UNESCO, 1983, pp. 473-509; E. Lommax Manton, *Roman North Africa*, London, Seaby, 1988; Paul-Albert Février, *Approches du Maghreb Romain*, 2º t., Aix-en-Provence, ÉDISUD, 1989-1990; Gilbert-Charles Picard, *La civilisation de l'Afrique Romaine*, 2ª ed., Paris, Études Augustiniennes, 1990; Susan Raven, *Rome in Africa*, 3ª ed., London, Longman, 1993; Charles-André Julien, *Histoire de l'Afrique*, 2ª ed., Paris, Payot, 1994; François Decret, M'hamed Hassine Fantar, *L'Afrique du Nord dans l'Antiquité*, 2ª ed., Paris, Payot, 1998.

¹² Jacques Gascou, *La politique municipale de l'Empire Romain en Afrique Proconsulaire de Trajan à Septime-Sévère*, Rome, École Française de Rome, 1972, pp. 192-194.

¹³ Claude Lepelley, *Les cités de l'Afrique Romaine au Bas Empire*, t. 2, Paris, Études Augustiniennes, 1981, pp. 318-322.

geométricos em preto e branco com padrões muito simples, semelhantes aos italianos do mesmo período, relegando suas próprias tradições. Somente em meados do século II, favorecidos pela prosperidade norte-africana, começaram a se afastar dos padrões romanos, com a gradual introdução da policromia nas bordas e da integração de elementos florais e geométricos. Produziram-se, então, mosaicos figurativos, que seguiam a tradição helenística, com cenas idílicas e mitológicas. O estilo africano chegou à sua maturidade no século III, com o uso da policromia e de cenas cotidianas, caras à elite, sendo disseminado em outras partes do Império¹⁴. Os dois mosaicos analisados pertencem a este estilo: foram datados da segunda metade do século II¹⁵ ou do começo do III¹⁶.

Em uma sociedade em que o domínio da escrita era privilégio de poucos e os documentos escritos tinham circulação restrita, a imagem constituiu-se em uma forma de comunicação com maior amplitude que a escrita. Contemplando-a ou fabricando-a, cotidianamente as sociedades antigas a utilizavam, decifravam e interpretavam, recontando narrativas míticas e familiarizando seus integrantes uns com os outros através de representações de situações vivenciadas ou idealizadas¹⁷. Neste artigo, privilegiamos o modo de produção do sentido da imagem, que foi inserida na ordem do texto, precisando, portanto, ser lida para ser compreendida, o que demanda de seus leitores uma atitude interpretativa. A imagem é uma ferramenta de expressão

¹⁴ Aïcha Ben Abed Ben Khader, "The African Mosaic in Antiquity", Aïcha Ben Abed Ben Khader, David Soren, *Carthage: a mosaic of Ancient Tunisia*, New York-London, The American Museum of Natural History - W. W. Norton & Company, 1987, pp. 132-135; Gilbert-Charles Picard, "Genèse et évolution de la mosaïque en Afrique", Seyda Ben Mansour, "Techniques et écoles", M'hamed Hassine Fantar *et al.*, *La mosaïque en Tunisie*, Tunis, Les Éditions de la Méditerranée, 1994, pp. 16-59; Georges Fradier, *Mosaïques romaines de Tunisie*. Tunis, Cérès, 1997, pp. 9-20; Roger Ling, "Roman Africa", *Ancient mosaics*, London, British Museum Press, 1998, pp. 77-97; Katherine M. D. Dunbabin, "The North African provinces", *Mosaics of the Greek and Roman World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 101-129.

¹⁵ Michèle Blanchard-Lemée *et al.*, *Mosaics of Roman Africa*, London, British Museum Press, 1996, p. 285.

¹⁶ Janet Huskinson, "Looking for culture, identity and power", Janet Huskinson (Ed.), *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*, London, Routledge - The Open University, 2000, p. 3.

¹⁷ Neyde Theml, "Linguagem e comunicação: ver e ouvir na Antigüidade", Neyde Theml (Org.), *Linguagens e formas de poder na Antigüidade*, Rio de Janeiro, Mauad / FAPERJ, 2002, pp. 11-24.

e comunicação, pois transmite uma mensagem visual para outro, composta de diversos signos; é uma linguagem¹⁸. O produtor da imagem encontra-se em uma relação dialógica com sua sociedade: produz por diversas motivações culturais e sociais e seus produtos retornam à sociedade, reforçando, criticando ou formulando novos valores e práticas. Dificilmente, cria-se algo que não seja compreendido, que não tenha um significado para os membros da sociedade em que se vive¹⁹. Para se compreender o sentido das mensagens que circulavam, ou seja, interpretá-las, devem-se conhecer a sociedade, sua cultura e os seus códigos de linguagem²⁰.

Abordaremos, inicialmente, o **MOSAICO 1**, por ser o maior (3,5m²) e decorar o cômodo anterior e mais amplo (6m x 4,5m)²¹, inferindo-se por isto a sua proeminência sobre o **MOSAICO 2**, fator importante na presente análise. Esta perspectiva diferencia-se da adotada por Slim²², que iniciou seu estudo com o outro mosaico, tendo em vista a prioridade temática concedida à África pela publicação.

O **MOSAICO 1** é um grande medalhão circular, subdividido em 7 medalhões hexagonais e emoldurado por motivos florais e figuras humanas. O medalhão central contém uma mulher sentada, vestindo uma túnica curta, um manto púrpura e um elmo e segurando uma lança e o globo terrestre (*orbis terrarum*); ao seu lado, um escudo de Minerva com a Medusa. Deduzimos que seja a alegoria de Roma, derivada de uma Minerva²³ armada (elmo, escudo e lança) e com o manto púrpura do poder imperial. Seria a *domina mundi* e poderia “petrificar” homens e deuses com o seu aparato militar (escudo com Medusa). Destaca-se por estar no centro, ser a única sentada e ter atributos militares. Em torno desta imagem militarista de Roma, gravita todo o restante.

¹⁸ Martine Joly, *Introdução à análise de imagens*, Campinas, Papirus, 1997, p. 48.

¹⁹ Umberto Eco, *Les limites de l'interprétation*, Paris, Bernard Grasset, 1992.

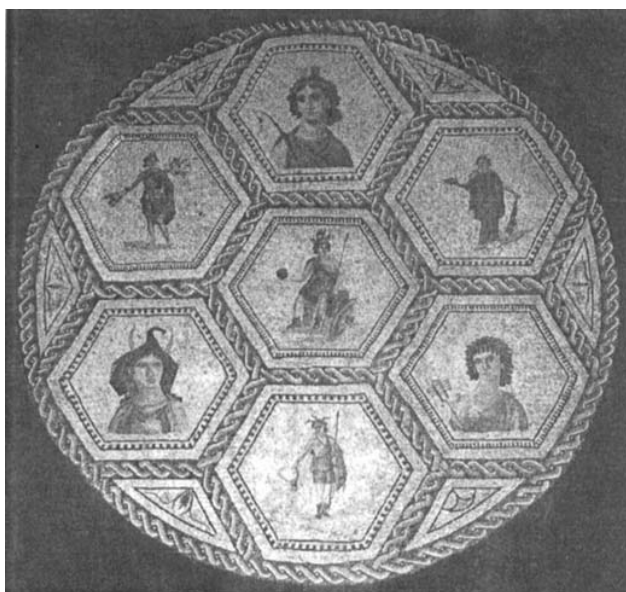
²⁰ Ciro Flamarion S. Cardoso, “Iconografia e História”, *Resgate*, Vol. 1, Campinas, 1990, pp. 9-17.

²¹ O **MOSAICO 2** mede 1,6m² e situava-se em um cômodo de 4m x 4,7m.

²² Hédi Slim, “Africa, Rome, and the Empire”, Michèle Blanchard-Lemée *et al.*, *op. cit.*, pp. 16-35.

²³ Compunha juntamente com Júpiter e Juno a tríade capitolina, protetora de Roma, cujo templo era erguido em posição de destaque nas cidades romanas. Era a divindade relacionada à sabedoria, às artes e à guerra.

MOSAICO 1



Janet Huskinson (ed.), *Experiencing Rome; culture, identity and power in the Roman Empire*, London, Routledge / The Open University, 2000, capa.

Os 6 medalhões circundantes contêm também mulheres; em três delas, bustos femininos: à esquerda de “Roma”, mulher com chapéu de cabeça de elefante (presas, tromba e grandes orelhas); sobre “Roma”, outra mulher, ornada com brinco, diadema com torre e fíbula, segura objeto pontudo, talvez um arco; à direita de “Roma”, a mulher, de cabelo encaracolado e brincos, carrega o *sistrum*, instrumento musical do culto à deusa egípcia Ísis. Pelos atributos, inferimos que as mulheres eram as personificações das províncias da África (cabeça de elefante), da Ásia (riqueza e arco) e do Egito (cabelo cacheado e *sistrum*).

Alternadamente aos bustos femininos, há três mulheres em pé: sobre a “África”, mulher, com diadema de torre, veste túnica curta e manto e carrega um ramo de oliveira com azeitonas e um objeto não identificado; acima do “Egito”, outra, também com diadema, traja uma longa túnica e manto e segura uma patena ou uma taça, contendo material avermelhado, talvez bra-

sas incandescentes ou vinho, e estende seu outro braço em direção a algo; por fim, abaixo de “Roma”, mulher com um triscele²⁴ na cabeça, veste túnica curta, manto e bolsa, carrega lança e galhada de veado. Alguns dos atributos escapam à nossa compreensão, impedindo a identificação da província acima do “Egito”. As outras seriam: Espanha (principal produtora de azeite na época) e Sicília (triscele lembraria o formato da Sicília, personificada como Diana: aparato de caça e galhada de veado, possível referência a Actéon).

As alegorias de Roma e das províncias enfatizariam a noção de Império Romano, sua extensão geográfica, sua diversidade unificada sob o controle de Roma e sua riqueza. Aventamos alguns critérios na escolha das províncias: África, pela localização do próprio mosaico e por ter sido um dos “celeiros” de Roma e uma das principais províncias senatoriais junto com a Ásia, que se destacava por sua riqueza e urbanidade; Egito, por sua importância no aprovisionamento de Roma e por ter sido domínio especial do imperador, governado por um prefeito, diretamente submetido à sua autoridade; Sicília, porque era a mais antiga província e uma das mais férteis; Espanha, por sua produção de azeite e pela proximidade da África. Estas províncias apareceriam juntas para sublinhar seu papel como exportadoras de produtos essenciais a Roma.

A personificação das províncias como figuras femininas inseria-se na tradição clássica de nomear a terra na forma feminina, pois nela se geravam os seus naturais e sua exploração os sustentava, semelhante à mãe que dá à luz os filhos e os amamenta. A terra era vista como potência e reserva inesgotável de fecundidade, gerando filhos e riquezas. Huskinson²⁵ destaca um outro fator também relacionado à questão de gênero: enquanto Roma foi representada por uma mulher com aspectos considerados masculinos (força militar e poder), as províncias, também mulheres, tinham um aspecto visto como feminino: a vulnerabilidade, situando-as em uma posição de inferioridade em relação a Roma, que as dominava.

As personificações de províncias romanas, um dos elementos essenciais da arte oficial romana a serviço da ideologia e do poder imperiais, foram, no entanto, utilizadas para decorar residências particulares, como a “Casa da África”. Pela sua suntuosidade, inferimos que o seu proprietário era um im-

²⁴ Do grego *triskelēs*, de três pernas. Variante da suástica, com três pernas em vez de quatro.

²⁵ Janet Huskinson, *op. cit.*, pp. 7-8.

portante funcionário, que utilizou a decoração de sua residência para manifestar sua ligação com o Império e seu orgulho em pertencer à comunidade romana, ou um cidadão rico, que, ao exaltar as fontes de sua fortuna, prestava homenagem a Roma e ao Império pela era dourada, que, em *Thysdrus*, se assentou na produção e no comércio do azeite.

A escolha do suporte das imagens, o mosaico, demandava recursos de seu comanditário, tornando-o um símbolo de *status* das elites provinciais do Império, cuja riqueza estava fundamentada na exploração fundiária. Estas elites, profundamente romanizadas, afirmavam seu *status* e valores culturais comuns. Expressavam seu estilo de vida e seu ideário na decoração de suas casas, ressaltando seu prazer de viver, poder e prestígio social²⁶; constituíam-se nos clientes principais dos mosaístas. Havia temáticas reproduzidas que se inseriam na retórica, que teve papel central no mundo greco-romano para a construção do pensamento e da expressão da elite. Era uma maneira de representar experiências e acontecimentos dentro de certa espécie de moral ou rede social, uma forma de expressar *significados compartilhados*²⁷, fundamentados na cultura da qual se originava, que sedimentava uma identidade romana. Inseria-se, pois, na "romanização", entendida aqui *como um processo de mudança relacionado com as idéias de controle social e identidade*²⁸.

Evidenciamos, entretanto, uma outra identidade, tema central na decoração do cômodo menor, que se segue ao do **MOSAICO 1**. A análise dos dois mosaicos permite apreender o discurso imagético da "Casa da África" em sua totalidade, o que não foi realizado por Huskinson, que se restringiu ao **MOSAICO 1**, acabando por acentuar apenas a identidade romana, postura condizente com a natureza da sua publicação. Por sua vez, Slim²⁹, apesar de trabalhar os dois mosaicos, analisou-os mais individualmente, não se aprofundando na sua inter-relação nem na inferência de uma nuance local no discurso da ordem hegemônica romana.

²⁶ Yvon Thébert, "Vida privada e arquitetura doméstica na África Romana", Philippe Ariès, Georges Duby (Orgs.), *História da vida privada*, v. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 300-398.

²⁷ Janet Huskinson, *op. cit.*, p. 7.

²⁸ Norma Musco Mendes, "Romanização: cultura imperial", *Phoenix*, Vol. 5, Rio de Janeiro, 1999, p. 307.

²⁹ Hédi Slim, *op. cit.* pp. 16-35.

MOSAICO 2



Michèle Blanchard-Lemée *et al.*, *Mosaics of Roman Africa*; floor mosaics from Tunisia, London, British Museum Press, 1996, p. 20, fig. 3.

O **MOSAICO 2** compõe-se de 1 medalhão central quadrilátero, com figura feminina, 4 medalhões circulares angulares, com figuras femininas, e 4 fusos laterais, com pássaros. No medalhão central, em uma moldura octogonal curva florida, há um busto de mulher de cabelo frisado, que veste uma túnica e cobre a cabeça com uma cabeça de elefante. Poderíamos aventar, comparando com o **MOSAICO 1**, que fosse a província da África. Mas a imagem está em um contexto diferente do anterior, apesar de o atributo elefantino ser indubitavelmente africano. Há figuras femininas nos ângulos do mosaico. Cada uma delas representaria uma das estações do ano, com seus frutos típicos: à esquerda, nos cantos inferior e superior, Primavera (coroa de flores) e Inverno (cabeça velada com coroa de ramos de oliveira) e, à direita, nos cantos inferior e superior, Verão (coroa de espigas de trigo) e Outono (coroa de ramos de parreira com uvas). Os 4 fusos laterais reforçariam este simbolismo: os pássaros estão próximos de azeitonas (esquerda), uva (superior),

espiga de trigo (direita) e flor (inferior). A figura central do **MOSAICO 2** seria *Dea Africa*. Como as grandes divindades, dominava cada uma das Estações, que habitualmente estavam relacionadas à abundância e à fecundidade. A presença destas e a sua submissão à figura central mostrariam que se lidava com a *Dea Africa*, portadora de riquezas e fertilidade, e não apenas com uma simples personificação da província, como no **MOSAICO 1**.

Inicialmente, a representação iconográfica da *Dea Africa*³⁰ era um corpo feminino leontocéfalo. No século I a.C., sob influência romana, houve uma dissociação entre a deusa, humanizada completamente, e o leão, seu atributo. Figurou, desde então, como uma mulher adornada com cabeça de elefante. Era associada a Tanit, deusa cartaginesa. Como protetora e *Genius* da África, estava imbricada em todas as atividades da vida dos antigos africanos. Foi identificada ao princípio feminino, presidindo a fecundidade da terra. Objeto de culto público, encontra-se referida em documentos epigráficos e arqueológicos. Há numerosas estatuetas em bronze e em terracota, usadas geralmente em cultos domésticos. Sua importância é demonstrada pela ampla difusão de seu retrato em diferentes meios (moedas, esculturas, lamparinas, terracotas, pinturas, jóias...). Mas foi raramente retratada em mosaicos; talvez porque a elite provincial, comanditária dos mosaicos, buscasse reforçar prioritariamente sua inserção na ordem imperial, ou seja, sua identidade romana frente à sociedade local.

Os mosaicos da “Casa da África” enfatizariam a harmonia do Império Romano, consolidada na *Pax Romana*³¹, e acentuariam especificamente a prosperidade norte-africana a partir da *Dea Africa*. No **MOSAICO 1**, a superioridade romana se embasaria no domínio militar sobre todos (*orbis terrarum*), permitindo o enriquecimento do Império através do comércio interprovincial. No entanto, as províncias manteriam suas características físicas e seus atributos, mesmo sob a égide romana. A unidade imperial estaria presente no **MOSAICO 1** através dos painéis concêntricos e interligados e

³⁰ Marcel Le Glay, “Encore la *Dea Africa*”, *Mélanges offerts à André Piganiol*, t. 3, Paris, SEVPEN, 1966, pp. 1233-1239.

³¹ Período de paz para o Império, a partir de Augusto até o século II, quando houve uma estabilidade política com a instauração do poder pessoal e centralizado do *Princeps*, a implantação de uma máquina político-administrativa para gerenciar o Império, a consolidação das fronteiras imperiais e um grande desenvolvimento econômico, beneficiando Roma e as províncias, principalmente as suas elites (Paul Petit, *A Paz Romana*, São Paulo, Pioneira, 1984).

das vestes de Roma e das províncias, que se trajam como figuras heróicas da arte clássica; seria uma expressão iconográfica tradicional greco-romana. Esta roupa significaria cultura clássica, inserindo-se, portanto, na ordem imperial romana.

O reconhecimento da supremacia romana não impediria que a África também fosse valorizada. No **MOSAICO 2**, o domínio africano ocorreria em níveis diferentes do que no de Roma: não no nível do domínio humano pela hegemonia militar (armas ofensivas e defensivas), econômica (comércio) e cultural (roupas), mas no nível do domínio da natureza, pelas Estações e seus atributos (uva, flor, azeitona e espiga) e pelo adorno elefantino (animal selvagem); não em termos de abrangência espacial (*orbis terrarum*), mas em termos de abrangência temporal (sucessão das estações). A *Dea Africa* seria uma força da natureza: seu território poderia estar contingentemente sob o poder militar, econômico e cultural de Roma, mas ainda manteria a sua esfera de atuação na natureza e, como tal, seria cultuada na região. Se, por um lado, haveria uma identidade romana, por outro, a “africanidade” não seria excluída. Na “Casa da África”, diferentes identidades coexistiriam, ainda que hierarquizadas.

Como beneficiária da ordem romana, a elite norte-africana adotaria um marco decorativo, que servisse de elemento de identificação e integração ao modo de viver romano, manifestando sua participação na gestão do Império Romano e afirmando sua posição privilegiada na sociedade local. Uma comunidade cultural mediterrânea, incentivada pela civilização romana, através de um intenso intercâmbio econômico, político e cultural, ocasionaria o desenvolvimento de uma decoração privada, própria das elites em todo o Império. A homogeneidade social e a cumplicidade política das elites propiciariam a perceptível uniformidade dos princípios básicos de sua decoração doméstica, sem, contudo, excluir de todo os elementos locais, ainda que hierarquicamente posicionados.

Não havia, entretanto, segurança de que os valores locais não se pudessem converter, em certas ocasiões e quase inesperadamente, em centros de insatisfação e de protesto contra Roma, acentuando, então, o caráter de alteridade frente à identidade romana. Em certas passagens da documentação textual literária, o culto à *Dea Africa* aparece em algumas ocasiões como hostil ao governo de Roma. Na *História Augusta (Vida de Pertinace IV.1-2)*, há uma passagem que faz referência a rebeliões sufocadas na África por Pertinace,

em fins do século II, que foram inspiradas pelas profecias emanadas do templo da deusa³².

3. Poder e Resistência no Território da Britânia

Depois da breve invasão comandada por César, em 55 e 54 a.C., e apesar das renovadas ameaças de invasões, a Britânia permaneceu fora das fronteiras do Império ainda durante quase um século, até ser conquistada pelo imperador Cláudio, em 43. Pensando em termos de organização espacial, a conquista de Roma provocou um impacto muito profundo. É claro que aquela não era a primeira experiência das tribos da ilha em termos de guerras ou invasões. As guerras tribais a que os nativos estavam acostumados – das quais existem diversos registros – implicavam em submissão, perdas materiais e territoriais e contatos com outros grupos, mas existia, de certa forma, uma lógica compartilhada por conquistadores e conquistados. A conquista de Roma e a organização territorial decorrente dela, pelo contrário, se revelaria como uma mudança radical.

A incorporação do novo território implicou para Roma na necessidade de fazer diversos tipos de intervenções no espaço, *desterritorializações* e *reteritorializações*, com a finalidade de estabelecer as suas bases geográficas de poder. Ao falar em *desterritorialização*, referimo-nos àquelas intervenções que agem de forma desestruturante sobre a lógica de um determinado território, abrindo caminho para sua substituição por uma nova forma de conceber o espaço, uma verdadeira *reteritorialização*. A quebra das lógicas territoriais prévias foi produzida através de uma espécie de estiramento das relações de poder, ou seja, um distanciamento crescente entre os sujeitos e as decisões do poder e entre os sujeitos e os locais que experimentavam as suas consequências³³. É claro que isto não implicava na total dissolução das relações de poder locais (de fato, o Império sempre soube aproveitar as formas de organização preexistentes). Mais do que isto, tratou-se de um processo de reordenamento, marcado pela hierarquização, pela integração e, paradoxalmente, pela fragmentação. Assim, das cerca de 23 áreas tribais em que se

³² Para maiores detalhes, ver Arnaldo Momigliano, *De paganos, judíos y cristianos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1992, pp. 211-212.

³³ José María Gómez, *Política e Democracia em Tempos de Globalização*, Petrópolis – Buenos Aires – Rio de Janeiro, Vozes – Clacso – LPP (Laboratório de Políticas Públicas), 2000.

dividia a Britânia, antes da chegada de Roma, 16 foram isentas – total ou parcialmente – do controle militar, tornando-se *civitates peregrinae*³⁴, isto é, distritos de não-cidadãos, com governos autônomos. Pelo menos três delas (*Belgae*, *Regnenses* e *Cantiaci*) foram formadas artificialmente, unindo tribos menores ou fragmentando territórios tribais mais extensos. Desta forma, o poder imperial demonstrava a sua capacidade de intervir, exercendo o poder, em muitas ocasiões, através de negociações com as elites locais – com a importante economia de recursos que isto representava – e, em outras, através de pressões diretas ou mediante a utilização das legiões.

No processo de mudança da lógica do território, Roma investiu no controle e na modulação da mobilidade, isto é, da circulação de pessoas, bens e dinheiro³⁵. Para atingir este objetivo, limites, caminhos e cidades revelaram-se como peças-chave. O Império Romano não podia crescer e consolidar-se sem olhar constantemente para além de suas fronteiras, isto é, o exterior lhe era fundamental, já que a incorporação de terras e a expansão demográfica constituíam os motores que conduziram Roma ao seu lugar de proeminência no mundo mediterrâneo. Embora, no nível do espaço imaginado, o Império Romano tenha investido na criação do mito de um Estado sem limites espaciais, a construção do espaço físico requeria o estabelecimento de limites mais precisos e realistas: tratava-se de definir um território passível de ser incorporado à lógica imperial. Na Britânia, a continuidade do crescimento da vida urbana e a circulação de bens e pessoas exigiam uma proteção apropriada contra as tribos hostis do norte. Apesar de Agrícola ter conquistado o norte da Escócia, em 84, as características das tribos, que habitavam as terras altas, faziam com que a manutenção da paz na região fosse muito dispendiosa, exigindo a mobilização de um grande número de tropas e recursos. Isto, somado às características geográficas – o fato de ser uma ilha – determinou a

³⁴ Alguns assentamentos tornavam-se *civitates* através de atos deliberados das autoridades romanas. O objetivo principal era que funcionassem como centros administrativos para o governo local. Podiam ocupar diversos lugares dentro de um ordenamento hierárquico. As cidades federadas (*civitates foederatae*), por exemplo, possuíam tratados com Roma nos quais se estabeleciam os seus direitos. As cidades livres e imunes (*civitates liberae et immunes*), que eram excepcionais, tinham o privilégio de ficar isentas da cobrança de impostos.

³⁵ Ray Laurence, "The Creation of Geography. An interpretation of Roman Britain", Colin Adams, Ray Laurence (Eds.), *Travel & Geography in the Roman Empire*, London, Routledge, 2001, p. 67.

viabilidade da construção de uma muralha, dividindo as terras baixas do sul – passíveis de serem incorporadas ao esquema da *Pax Romana* – das terras altas do norte, onde a manutenção da ordem não era de grande interesse para Roma, em termos de custo-benefício. Desta forma, as muralhas de Adriano (122-142), primeiro, e de Antonino (138-140), mais tarde, impuseram limites, ainda que parciais, à mobilidade das tribos caledônias e se tornaram elementos absolutamente novos e inquietantes na paisagem da Britânia.

O controle da mobilidade exigiu também a construção de uma rede viária para comunicar e integrar a ilha. O objetivo prático imediato era estabelecer vias de comunicação rápidas e seguras entre as diversas cidades e regiões para permitir a circulação de pessoas – soldados, representantes do poder central, etc. – informação e mercadorias. A rede de caminhos da Britânia, por sua vez, integrava o novo território ao resto do Império e estabelecia uma via de contato com a cidade de Roma. Os caminhos da Britânia potencializaram os deslocamentos, segundo se deduz a partir de numerosas fontes epigráficas e registros arqueológicos, que indicam uma importante circulação de bens e pessoas durante os primeiros séculos depois da conquista romana. E não se tratava só de criar a infra-estrutura: através dos itinerários – espécie de guia que oferecia uma lista dos trajetos entre duas cidades, as distâncias e as escalas possíveis durante a viagem, em ordem sequencial – Roma conferiu sentidos à circulação. A observação dos itinerários, incluídos na coleção conhecida como *Itinerarium Antonini*, permite constatar estes sentidos na Britânia romana. Os itinerários I e II ligavam o norte e o sul da ilha, um pelo lado leste – de *Praetorium* até *Bremenio* – e o outro, de Carlisle (*Luguvalium*?) até *Rutupiae*, passando por *Londinium*. Os itinerários III e IV ligavam *Londinium* a outros portos do canal. Os itinerários V a IX comunicavam *Londinium* com fortes de legionários ou assentamentos de reis clientes: *Lindum*, *Noviomagus Regnesium*, *Eburacum* e *Venta Icenorum*. Os itinerários X a XV ligavam diversos pontos nodais, como *Calleva Atrebatum*, que funcionavam como centros de armazenamento ou de escala para o exército. Assim se integrava, privilegiando os percursos que interessavam ao poder central, permitindo o fluxo de mercadorias entre os portos e os centros urbanos mais importantes e possibilitando também a circulação das legiões entre os portos de chegada e os pontos extremos, na fronteira norte. Além do aspecto físico, a construção da rede viária também deve ter provocado um impacto em termos simbólicos. De fato, os caminhos traçados por Roma não tinham nenhu-

ma consideração pelas fronteiras preexistentes: os limites que dividiam os territórios das diversas tribos, que habitavam a Britânia, foram violentamente desconsiderados pelos caminhos traçados pelo Império.

Da mesma maneira que acontecia a cada vez que se incorporava um novo território, Roma enfrentou, na Britânia, o problema de ter que estabelecer as bases da administração local, assegurando a manutenção da lei e da ordem e a arrecadação de impostos. Para isto, era necessário contar com cidades, além da cooperação dos nativos, para o andamento dos assuntos do dia-a-dia. Mas, o que fazer com um território, como o da Britânia, onde não existiam cidades? A fixação da população nativa no espaço geográfico era um elemento fundamental para conseguir o controle efetivo. A sua importância relacionava-se com a governabilidade por parte do poder central, mas também com a necessidade de controle e estímulo dos fluxos de circulação e distribuição espacial de recursos materiais e simbólicos. Roma precisava controlar estes fluxos e as organizações tribais da Britânia não lhe proporcionavam as estruturas suficientes para consegui-lo. Além das suas funções administrativas e fiscais, na Britânia como em outras partes do Império em que não existiam estruturas urbanas desenvolvidas, as novas cidades tiveram também o papel principal de constituir lugares de expressão do poder de Roma e centros de concentração, criação e difusão de cultura. Mesmo com um custo econômico elevado, o cuidado do lado estético das cidades fundadas ajudava a gerar um processo de inclusão dos bretões, uma inclusão que era, ao mesmo tempo, hierarquizante e homogeneizadora. Hierarquizante, porque, em troca de aporte de recursos e da sua submissão, as elites foram incluídas em um sistema complexo – o sistema imperial – em um lugar diferenciado, que os afirmava como grupo dominante. Assim, elas redefiniam seu lugar na sociedade, distinguindo-se de seus subordinados através de novos símbolos de exclusão³⁶. E homogeneizadora, porque supunha uma submissão, tanto para as elites como para o resto do grupo: tratava-se de um mecanismo de inclusão, inscrito numa dinâmica do poder imposta por Roma, em que todos os incluídos eram igualmente amedrontados mediante um impactante espetáculo estético e organizativo³⁷. Roma tinha clara consciência disto: segundo o

³⁶ Simon James, "Romanization and the Peoples of Britain", Simon Keay, Nicola Terrenato (Eds.), *Italy and the West. Comparative Issues in Romanization*, London, Oxbow Books, 2001, pp. 187-209.

³⁷ Peter Wilson, *The Domestication of the Human Species*, London, Yale University Press, 1998.

conhecido testemunho de Tácito, em *Anais* XIV, 31, o templo de Cláudio, construído na colônia de *Camulodunum* para funcionar como sede do culto imperial, era visível de quase qualquer lugar, constituindo uma prova da submissão da Britânia.

Apesar de até aqui termos falado sobre as intervenções de Roma, é importante destacar que o poder central imperial nunca foi o único ator no processo de criação do espaço e, para cada tipo de intervenção, é possível constatar alguma forma de resistência. Como afirmamos anteriormente, a mudança da lógica espacial da Britânia foi construída pelos romanos através de fronteiras, caminhos e cidades. A resistência afetaria igualmente estas três formas de intervenção. No inverno de 60-61, dezessete anos após a invasão das legiões romanas, uma revolta dos *iceni* e dos *trinovantes*, liderada pela rainha Boudica, devastou totalmente três cidades, que tiveram seus habitantes assassinados sem contemplação. A rainha Boudica e seus homens destruíram completamente *Camulodunum*, *Verulamium* e *Londinium*. A revolta demonstrou que era possível eliminar, mesmo que fosse momentaneamente, as cidades e seus prédios – como o Templo de Cláudio, mencionado anteriormente – símbolos da submissão.

Em várias áreas da Britânia, especialmente fora da região sudeste, a resistência manifestou-se também na não-aceitação da cultura romana, como foi comprovado, por exemplo, no estudo realizado pela equipe arqueológica da Universidade de Bradford³⁸, no Forte de Newstead, Escócia. Esta pesquisa, corroborada por outras, permitiu concluir que a presença de contingentes relativamente importantes de soldados romanos não parece ter trazido consequências significativas aos nativos, nem na arquitetura, nem nos objetos utilizados cotidianamente. O mesmo pode ser dito no sentido contrário, ou seja, no que se refere à influência dos vizinhos bretões na vida dos legionários romanos. Nestes lugares, apesar de o contato entre romanos e bretões ter acontecido logo depois da conquista, os primeiros vestígios de mudança na arquitetura nativa datam de meados do século II. Isto indica que, pelo menos em alguns casos, bretões e romanos teriam vivido vidas paralelas, cada grupo virtualmente indiferente à presença do outro. Ao falar das cidades, dissemos que Roma as utilizou nos territórios conquistados como instrumento de fixação da população. Mas muitas das cidades fundadas por

³⁸ Simon Clarke, "When Romans and natives didn't mix", *British Archaeology*, nº 16, may 1996.

Roma não evoluíram segundo o planejado, como aconteceu, por exemplo, no caso de *Camulodunum*. Esta cidade, fundada para ser a capital da província, foi amplamente superada em importância por *Londinium*, o que constitui uma demonstração de que o desenvolvimento das cidades dependia em grande parte da dinâmica que os habitantes fossem capazes de lhes conferir. Também como exemplos de resistência, podemos mencionar que algumas cidades da Britânia nunca chegaram a crescer e se consolidar, e até encolheram muito cedo, devido a uma multiplicidade de fatores. Nestes casos, o desinteresse ou mesmo a fuga podem ser lidos como mecanismos de resistência.

A manutenção da fronteira norte também apresentou problemas: os limites que haviam sido delineados pelas muralhas foram sistematicamente violados pelas tribos caledônias, que se negavam a participar da nova lógica imposta por Roma, pela qual o território era nitidamente demarcado e a circulação, restrita. Assim como acontece em nossos dias, em que milhares de pessoas atravessam os limites entre as nações, desafiando os mecanismos de controle impostos pelos governos, a transgressão das fronteiras tornava-se uma clara forma de resistência.

Os caminhos também foram reapropriados pelos nativos de diversas formas. Durante a revolta de Boudica, anteriormente citada, a ordem dos acontecimentos sugere que os rebeldes utilizaram os caminhos romanos para se deslocar. O espaço do controle transformou-se, pelo menos momentaneamente, em um espaço de resistência. Também é verdade que, apesar de, para muitos bretões, os caminhos poderem representar o poder de Roma, materializado na chegada de soldados e cobradores de impostos, uma grande parte dos camponeses continuou circulando pelos mesmos caminhos secundários, que percorriam antes da chegada dos romanos, virtualmente indiferentes às mudanças acontecidas³⁹. As elites provinciais, por sua vez, devem ter visto estes mesmos caminhos como uma possibilidade de enriquecer, estabelecer novas alianças e aumentar sua influência e poder. Estes exemplos provam que, embora o Império tenha conseguido até certo ponto modular os fluxos e controlar o espaço, este controle era bastante imperfeito: uma vez criados, os espaços e as vias de comunicação eram passíveis de sofrer suces-

³⁹ David Petts, "Landscape and Cultural Identity in Roman Britain", Ray Laurence, Joanne Berry (Eds.), *Cultural Identity in the Roman Empire*, London - New York, Routledge, 1998, pp. 79-94.

sivas reapropriações. Assim, uma multiplicidade de atores percorria o Império, às vezes seguindo os trajetos sugeridos pelo poder, mas, em outras tantas, indo atrás dos mais diversos interesses, inclusive os determinados pelas próprias subjetividades.

Por último, é importante lembrar que a lógica espacial construída por Roma teve sentido enquanto fazia parte do sistema imperial. Quando os eventos militares e econômicos do século III fizeram com que se perdesse a direção administrativa das províncias, as cidades que sobreviveram foram as que funcionavam como mercados locais. Muitas das que obedeciam à lógica imperial e não à lógica local desapareceram, o que indica que, de certa forma, o Império Romano foi uma moda passageira no real desenvolvimento da Britânia⁴⁰.

Conclusão

As análises acima demonstram que a hegemonia romana não foi simplesmente imposta nas províncias. Envolveu processos interativos que implicaram em diferentes níveis de coerção, recompensa, transformação estrutural, cooptação, resistência e acomodação. Denominamos estes processos de mecanismos de romanização, que atuaram como distintas formas de discursos hegemônicos.

A tradição historiográfica do final do século XIX a meados do XX, imbuída pela atmosfera eurocêntrica, consagrada pelo contexto histórico do imperialismo moderno, conceitua romanização como um modelo de aculturação, tendo sido útil para explicar que Roma iniciou um processo civilizatório amplamente aceito pelos nativos, pois significava progresso e paz⁴¹. A idéia central desta visão pressupõe a existência de um primitivo nível de cultura e que as populações indígenas tinham pouco a fazer a não ser observar a “alta cultura” dos colonialistas⁴².

Atualmente, e com base nos estudos comparativos sobre o relacionamento sociocultural entre dominadores e dominados, em distintos contex-

⁴⁰ R. Reece, “The End of the City in Roman Britain”, John Rich (Ed.), *The City in Late Antiquity*, London, Routledge, 1992.

⁴¹ Jane Webster, “Art as Resistance and Negotiation”, S. Scott, J. Webster, *Roman Imperialism and Provincial Art*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 25.

⁴² Jonathan Hall, *Hellenicity*, Chicago, University of Chicago Press, 2002, p. 104.

tos coloniais, a romanização é vista como um processo de mudança sociocultural, multifacetada em termos de significados e de mecanismos, que teve início com a relação entre os padrões culturais romanos e a diversidade cultural provincial em uma dinâmica de negociação bidirecional. Para Gruzinski⁴³, *os elementos opostos das culturas em contato tendem a se excluir mutuamente, eles se enfrentam e se opõem uns aos outros; mas, ao mesmo tempo, tendem a se interpenetrar, a se conjugar e a se identificar*. Foi este enfrentamento que permitiu o surgimento, no Império Romano, de *locais* de ambigüidade, de culturas híbridas, que potencializaram os mecanismos de integração e minimizaram, mas não eliminaram de todo, a resistência.

⁴³ Serge Gruzinski, *O Pensamento Mestiço*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 45.